









Os Jovens Portugueses no Contexto da Ibero-América

José Machado Pais
Cícero Roberto Pereira
(coordenadores)

ICS Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa - Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ulisboa.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação

Os jovens portugueses no contexto da Ibero-América /
coord. José Machado Pais, Cícero Roberto Pereira. -
Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2016
ISBN 978-972-671-379-1
CDU 316.3



Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão: Soares de Almeida
Impressão e acabamento: Manuel Barbosa & Filhos, Lda.
Depósito legal: 418791/16
1.ª edição: Dezembro de 2016

Índice

Os autores	15
Prefácio	19
Introdução	21
<i>José Machado Pais</i>	
Parte I	
Valores, atitudes e perceções	
Capítulo 1	
Valores e atitudes perante temas socialmente sensíveis	33
<i>Cícero Roberto Pereira</i>	
Capítulo 2	
Perceções de violência social	53
<i>Simone Tulumello e Cláudia Casimiro</i>	
Capítulo 3	
Sexualidade e métodos contraceptivos	75
<i>Sofia Aboim</i>	
Parte II	
Confiança nas instituições democráticas e participação	
Capítulo 4	
A participação social e política	93
<i>Pedro Moura Ferreira</i>	

Capítulo 5	
Os jovens frente à democracia e às suas instituições	109
<i>Marcelo Camerlo e Andrés Malamud</i>	
Parte III	
Educação, trabalho e futuro	
Capítulo 6	
Educação e inserções profissionais	121
<i>Vítor Sérgio Ferreira e Jussara Rowland</i>	
Capítulo 7	
Uso de novas tecnologias	141
<i>Ana Nunes de Almeida e Ana Delicado</i>	
Capítulo 8	
Diagnóstico do presente, expetativas sobre o futuro	155
<i>Sérgio Moreira</i>	
Bibliografia	173
Anexos	179
Questionário A	181
Questionário B	191

Índice de quadros e figuras

Quadros

1.1	Ordenação média e desvios-padrão dos problemas que os jovens consideram mais importantes	38
1.2	Coefficientes de regressão multinível que representam os pesos dos fatores explicativos nas dimensões organizadoras das preocupações dos jovens ibero-americanos	42
1.3	Médias e desvios-padrão das atitudes dos jovens em relação a temas socialmente sensíveis.....	44
1.4	Coefficientes de regressão multinível que representam os pesos dos fatores explicativos das dimensões das atitudes dos jovens ibero-americanos em relação a temas socialmente sensíveis.....	47
1.5	Indicadores contextuais usados como fatores explicativos nos modelos de regressão multinível.....	51
2.1	Mortalidade por homicídio voluntário em função do género (%).....	58
2.2	Correlações bivariadas entre a perceção de violência e indicadores socioeconómicos, de perceção de vitimização social e de insegurança.....	63
2.3	Perceções sobre a situação económica do país relativa à situação antes do 25 de abril (%).....	65
2.4	Perceções de violência urbana (%).....	68
2.5	Correlações bivariadas entre ter presenciado a ocorrência de brigas com uso de armas e indicadores socioeconómicos.....	68
2.6	Perceção de violência familiar nos últimos doze meses (%).....	70
2.7	Correlações bivariadas entre a perceção de violência doméstica e indicadores socioeconómicos	72
3.1	Médias e modas da idade da primeira relação sexual entre os jovens dos 15 aos 29 anos por sexo e país/grupos de países.....	78
3.2	Coefficientes de regressão estandardizados que representam a relação entre a idade da primeira relação sexual e os indicadores sociais.....	81

3.3	Coefficientes de regressão logística não estandardizados que representam a relação entre não ter relações sexuais e os indicadores sociais.....	83
3.4	Jovens que indicaram ter usado métodos contraceptivos na primeira relação sexual (%).....	85
3.5	Jovens que indicaram a razão de usar preservativo (%)	87
4.1	Participação organizada por sexo, escolaridade e situação perante o emprego (%)	99
4.2	Associativismo dos jovens segundo os países (%)	102
4.3	Pertença associativa dos jovens por sexo, idade, escolaridade e ocupação (%)	103
4.4	Razões da não participação (%)	105
4.5	Jovens que indicaram participação em redes sociais (%)	107
5.1	Coefficientes de regressão não estandardizados dos preditores da confiança na democracia e nas suas instituições	115
5.2	Confiança dos jovens na democracia e suas instituições	118
7.1	Modo principal de uso da internet por grupos de países (%).....	144
7.2	Modo principal de uso da internet em Portugal por escalões etários (%)	144
7.3	Modo principal de uso da internet em Portugal por nível de escolaridade completo (%)	145
7.4	Modo principal de uso da internet em Portugal por condição perante o trabalho (%).....	145
7.5	Principais usos da internet por grupos de países (%).....	147
7.6	Principais usos da internet (combinação) por grupos de países (%)	148
7.7	Principais usos da internet em Portugal por sexo (%)	148
7.8	Principais usos da internet (combinação) em Portugal por sexo (%).....	148
7.9	Principais usos da internet em Portugal por escalões etários (%)	149
7.10	Principais usos da internet (combinação) em Portugal por escalões etários (%)	149
7.11	Principais usos da internet em Portugal por nível de escolaridade completo (%)	150
7.12	Principais usos da internet (combinação) em Portugal por nível de escolaridade completo (%)	150
7.13	Principais usos da internet em Portugal por condição perante o trabalho (%).....	151

7.14	Principais usos da internet (combinação) em Portugal por condição perante o trabalho (%)	151
7.15	Principais usos da internet em Portugal por tipologia familiar (%).....	151
7.16	Principais usos da internet (combinação) em Portugal por tipologia familiar (%)	152
8.1	Itens (percentagens/médias e desvios-padrão) das variáveis em análise.....	158
8.2	Itens das perceções sobre a atualidade e sobre o futuro em Portugal	159
8.3	Médias, desvios-padrão e número das perceções sobre a atualidade e sobre o futuro para a amostra global	160
8.4	Médias e desvios-padrão das perceções sobre a atualidade e sobre o futuro para a Espanha.....	162
8.5	Coefficientes de regressão estandardizados dos fatores explicativos da perceção da atualidade e do futuro em Portugal	165
8.6	Coefficientes de regressão estandardizados dos fatores explicativos da perceção da atualidade e do futuro noutros países.....	166
8.7	Coefficientes de regressão estandardizados dos fatores explicativos da perceção da atualidade e do futuro em Espanha.....	167

Figuras

1.1	Hierarquia das principais preocupações dos jovens	36
1.2	Dimensões organizadoras das preocupações dos jovens	39
1.3	Representação das médias da concordância dos jovens com os temas-alvo de atitudes socialmente sensíveis	44
1.4	Dimensões organizadoras das atitudes dos jovens face a temas socialmente sensíveis.....	46
2.1	Homicídios voluntários por cada 100 000 habitantes, 2000-2012.....	57
2.2	Taxa de homicídios voluntários por sexo e faixa etária em Portugal no ano de 2010.....	58
2.3	Perceção dos problemas mais importantes que afetam os jovens (%).....	60
2.4	Médias da perceção de violência.....	61
2.5	Linhas de regressão a representar a relação entre perceção de violência e taxa de homicídios	64

2.6	Perceções negativas sobre a situação económica do país relativa à situação antes do 25 de abril por escalão etário (%).....	66
3.1	Rapazes em cada grupo etário que indicaram a idade da primeira relação sexual (%).....	79
3.2	Raparigas em cada grupo etário que indicaram a idade da primeira relação sexual (%).....	79
3.3	Jovens que indicaram ainda não ter relações sexuais por sexo e país/grupos de países (%).....	82
3.4	Jovens portugueses que indicaram ter feito uso do preservativo e da pílula contracetiva em cada categoria de idade da primeira relação sexual (%).....	86
3.5	Jovens que indicaram não ter usado contracetivos na primeira relação sexual (%).....	88
5.1	Valores médios da confiança na democracia por país/região.....	111
5.2	Representação da mediana e da dispersão da confiança dos jovens portugueses nas instituições democráticas.....	111
5.3	Valores médios da confiança dos jovens ibero-americanos nas instituições políticas.....	113
5.4	Valores médios da confiança dos jovens ibero-americanos nas instituições não estatais.....	113
6.1	Nível de escolaridade por país/região (%).....	123
6.2	Total de estudantes por país/região (%).....	125
6.3	Condição de estudante por nível de vida subjetivo em Portugal (%).....	126
6.4	Razões de abandono escolar antes de completar o ensino secundário por país/região (%).....	126
6.5	Médias da percepção sobre a escola por país/região.....	128
6.6	Perceções sobre a escola em Portugal (%).....	128
6.7	Médias das percepções sobre a escola por nível de vida subjetivo em Portugal.....	129
6.8	«Tive uma boa educação secundária» por país/região (%).....	130
6.9	«Por que considera ter tido uma boa educação secundária?» por país/região (%) (resposta múltipla).....	130
6.10	«Está a trabalhar atualmente?» por país/região (%).....	132
6.11	Jovens que não estão atualmente a trabalhar e se encontram à procura de trabalho por país/região (%).....	133

6.12	Procura de trabalho por nível de vida subjetivo em Portugal (%).....	134
6.13	Jovens trabalhadores inscritos na segurança social por país/região (%)	134
6.14	Importância atribuída aos descontos da segurança social para obter uma pensão/reforma no final da vida laboral por país/região (%)	135
6.15	Perceções sobre condicionantes de inserção no mercado de trabalho por país/região (%)	136
6.16	Perceções sobre condicionantes de inserção no mercado de trabalho por condição de estudante em Portugal (%)	136
6.17	Perceções sobre condicionantes de inserção no mercado de trabalho por grupo etário em Portugal (%)	138
6.18	Perceções sobre condicionantes de inserção no mercado de trabalho por nível de vida subjetivo em Portugal (%)	138
6.19	Perceções sobre condicionantes de inserção no mercado de trabalho por procura de trabalho em Portugal (%).....	139
7.1	Modo principal de uso da internet em Portugal (%).....	143
7.2	Principais usos da internet em Portugal (%).....	146
7.3	Principais usos da internet (combinação do uso 1 e uso 2) em Portugal (%)..	146
8.1	Representação das médias das perceções sobre a atualidade e sobre o futuro em Portugal.....	159
8.2	Médias das perceções sobre a atualidade e sobre o futuro noutros países (O) comparados com Portugal (PT).....	161
8.3	Médias das perceções sobre a atualidade e sobre o futuro em Espanha (ES) comparada com Portugal (PT).....	162



Os autores

Ana Delicado é investigadora auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Doutorada em Sociologia, trabalha principalmente na área dos estudos sociais da ciência. Tem desenvolvido investigação sobre museus e cultura científica, risco ambiental, mobilidade científica, associações científicas, energia e alterações climáticas. É vice-coordenadora do OBSERVA – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade.

Ana Nunes de Almeida é socióloga e investigadora coordenadora do ICS-ULisboa, onde é também presidente do conselho científico. Coordena o programa de doutoramento interuniversitário em Sociologia, OpenSoc (Sociologia – Conhecimento para Sociedades Abertas e Inclusivas). Áreas de investigação mais recentes: família e escola, crianças e crise, crianças e novos *media*, crianças e catástrofes.

Andrés Malamud, doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário Europeu, Florença, é investigador auxiliar no ICS-ULisboa e professor visitante nas Universidades de Buenos Aires, Católica de Milão e Salamanca. Tem obra publicada sobre integração regional comparada, instituições de governo, política latino-americana e migrações transatlânticas.

Cícero Roberto Pereira é investigador auxiliar no ICS-ULisboa. Doutorou-se em Psicologia Social Experimental pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). A sua investigação analisa o modo como diferentes tipos de justificações são usados pelos atores sociais para legitimar ações e políticas discriminatórias contra grupos minoritários e a função identitária dessa legitimação nas sociedades democráticas contemporâneas.

Cláudia Casimiro, doutorada em Ciências Sociais, na especialização de Sociologia Geral, pelo ICS-ULisboa, é, atualmente, membro integrada do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG/ISCSP-ULisboa) e professora auxiliar convidada no ISCSP-ULisboa. Os seus domínios de investigação: sociologia da família, género, tecnologias de informação e comunicação, relaciona-

Os Jovens Portugueses no Contexto da Ibero-América

mentos *online*, metodologias qualitativas, violências na intimidade, violência feminina e violência familiar.

José Machado Pais é investigador coordenador do ICS-ULisboa. Foi coordenador do Observatório Permanente da Juventude e vice-presidente do Diretório da Juventude do Conselho da Europa. Tem uma extensa obra publicada, da qual se destacam os seguintes livros: *A Prostituição e a Lisboa Boémia; Artes de Amar da Burguesia; Culturas Juvenis; Sousa Martins e Suas Memórias Sociais. Sociologia de Uma Crença Popular; Consciência Histórica e Identidade; Sociologia da Vida Quotidiana; Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro; Nos Rastos da Solidão. Deambulações Quotidianas; Lufa-Lufa Quotidiana. Ensaio sobre Cidade, Cultura e Vida Urbana; Sexualidade e Afectos Juvenis; Enredos Sexuais, Tradição e Mudança: as Mães, os Zecas e os Sedutores de Além-Mar.*

Jussara Rowland é doutoranda em Sociologia no ISCTE-IUL e foi investigadora no Observatório Permanente da Juventude do ICS-ULisboa entre 2010 e 2015. Já trabalhou como investigadora em vários projetos de investigação e como consultora na área da responsabilidade social empresarial. Atualmente é bolsista de investigação no projeto CUIDAR – Culturas de Resiliência à Catástrofe entre Crianças e Jovens financiado pelo programa Horizon 2020.

Marcelo Camerlo é coordenador do Presidential Cabinets Project (com Cecilia Martínez-Gallardo) e atualmente responsável pelo *workshop* em política comparada e relações internacionais do doutoramento em Políticas Comparadas do ICS-ULisboa. Doutorado em Ciência Política pela Universidade de Florença, especialista em políticas sociais e licenciado em Comunicação Social pela Universidade de Buenos Aires. Foi investigador auxiliar no Centro de Estudos de Estado e Sociedade (CEDES), docente na Universidade de Buenos Aires e investigador convidado no Helen Kellogg Institute for International Studies da Universidade de Notre Dame.

Pedro Moura Ferreira, doutorado em Sociologia pelo ISCTE-IUL, investigador do ICS-ULisboa e membro do Instituto do Envelhecimento da mesma universidade, é atualmente responsável pelo Arquivo Português de Informação Social. Desenvolve investigação nas áreas do envelhecimento, curso de vida e género. Tem como publicações mais recentes os livros *As Sexualidades em Portugal: Comportamentos e Riscos* e *Mulheres e Narrativas Identitárias: Mapas de Trânsito da Violência Conjugal*. Tem atualmente em curso dois projetos de investigação: «Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida» e «Informação sobre saúde da população

Os autores

portuguesa: conhecimentos e qualidade percebida das fontes de informação sobre saúde».

Sérgio Moreira é licenciado em Psicologia pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa e doutorado pelo ISCTE-IUL em Psicologia Social. Tem experiência em investigação fundamental na área da cognição social, em particular no estudo de ilusões de memória e da maleabilidade dos estereótipos. Tem coordenado e executado projetos de caracterização das perceções das comunidades sobre grandes alterações ambientais, promoção da comunicação de novos empreendimentos e participação pública. Atualmente é professor auxiliar convidado das disciplinas de Estatística na FPUL e, paralelamente, exerce atividade como consultor em psicologia do ambiente.

Simone Tulumello, doutorado em Planeamento Urbano e Regional pela Universidade de Palermo com uma tese sobre os sentimentos de medo do crime em planeamento urbano, é, desde janeiro de 2013, investigador pós-doc no ICS-ULisboa. O seu projeto principal visa questionar criticamente as políticas de segurança urbana na prática institucional de planeamento urbano. Os seus interesses abrangem: teorias e culturas de planeamento; estudos críticos sobre segurança urbana; poder e políticas de planeamento; estudos de futuros, TICs e governança territorial; tendências urbanas neoliberais; cidades do Sul da Europa; a geografia da crise. É autor de *Fear, Space and Urban Planning* (2017, Springer).

Sofia Aboim, doutorada em Sociologia (ISCTE-IUL, 2004), é investigadora auxiliar no ICS-ULisboa e membro do GEXcel – International Collegium for Advanced Transdisciplinary Gender Studies, sediado nas Universidades de Linköping, Karlstad e Örebro, na Suécia. Os seus interesses de investigação têm vindo crescentemente a incluir temas como género, sexualidade e cidadania. Tem publicado livros e artigos sobre estas temáticas, coordenando atualmente o projeto «TRANSRIGHTS – Gender citizenship and sexual rights in Europe: transgender lives from a transnational perspective», financiado pelo European Research Council.

Vitor Sérgio Ferreira, doutorado em Sociologia, na especialidade de Sociologia da Comunicação, Cultura e Educação, pelo ISCTE-IUL (2006) é investigador auxiliar no ICS-ULisboa, coordenador do grupo de investigação LIFE – Percursos de Vida, Desigualdades e Solidariedades: Práticas e Políticas do ICS-ULisboa, vice-coordenador do Observatório Permanente da Juventude do ICS-ULisboa e docente no doutoramento em Sociologia – Conhecimento

Os Jovens Portugueses no Contexto da Ibero-América

para Sociedades Abertas e Inclusivas (programa interuniversitário Open-Soc). Tem desenvolvido e coordenado vários projetos de investigação, nacionais e internacionais, na área das culturas juvenis e das transições para a vida adulta. Entre as várias publicações, destacam-se os livros *Jovens e Rumos* (ICS, 2011), *Tempos e Transições de Vida: Portugal ao Espelho da Europa* (ICS, 2010) e *Marcas que Demarcam. Tatuagem, Body Piercing e Culturas Juvenis* (ICS, 2008). Tem publicado em revistas internacionais de referência na área da juventude, como *Youth & Society* e *Young – Nordic Journal of Youth Research*.

Pedro Moura Ferreira

Capítulo 4

A participação social e política

A participação social e política constitui uma das dimensões essenciais dos estudos sobre a juventude. Existe a ideia normativa de que os jovens podem e devem participar na sociedade, porventura mais do que qualquer outro grupo de idade. Excluindo as razões de natureza idiossincrática, que projetam na juventude enquanto grupo atributos individuais, como o altruísmo, a disponibilidade ou a generosidade, a participação pode ser vista sob um ângulo mais estrutural. Por se encontrarem em processos formativos na sua grande maioria, mesmo quando trabalham, os jovens estão menos absorvidos pelas estruturas ocupacionais e familiares, o que lhes permite desenvolver interesses e redes comunicacionais, tornando-os mais abertos à participação na sociedade. É esta abertura, ou a crença de que ela é mais forte nos jovens, que se procura escrutinar.

Em complemento desta ideia de que as estruturas do mundo adulto e juvenil não se sobrepõem, pelo que a interação com a sociedade não é a mesma, a participação pode também ser vista como meio de assegurar a socialização política e, em última análise, a reprodução do próprio sistema democrático. A participação seria em si mesma e independentemente da sua natureza, a menos que fosse abertamente antidemocrática, uma virtude a cultivar, pois a sua prática só ajudaria a reforçar os princípios da democracia. A corroborar esta posição estão as teorias do capital social de que só a confiança pode lançar bases sólidas para a convivência e a cidadania democráticas (Portes 1998; Putnam 2000). E que melhor escola do que as associações e outras formas de intervenção cívica poderia haver para promover a sã convivência e o cultivo das virtudes democráticas (Fung 2003; Mcfarland e Thomas 2006; Viegas 2004)? A participação seria assim o fermento da formação da cidadania democrática e do seu aperfeiçoamento. Daí a sua importância no processo formativo dos jovens!

É certo que a participação não é necessária ou exclusivamente política, envolvendo os partidos, a ação direta ou ainda os rituais da democracia, como o voto. A bem dizer, nem sequer a intervenção política é a dominante. Ela pode e deve ser considerada nos múltiplos domínios da vida coletiva, como o cultu-

Os Jovens Portugueses no Contexto da Ibero-América

ral, o desportivo, o religioso, o sindical, o ambiental ou o da solidariedade. Em todos eles, através de associações ou de outras formas organizativas, os jovens marcam presença, embora em graus diferenciados de envolvimento. A participação é assim multifacetada e preenche espaços sociais que estão além das estruturas ocupacionais ou familiares, embora haja uma tendência, porventura um pouco enviesada, para a considerar quase exclusivamente sob o prisma organizativo. Este 1.º *Inquérito às Juventudes Ibero-Americanas* não constitui exceção e privilegia a participação organizada nos processos informais, embora estes últimos possam ser perscrutados um pouco a partir de alguns indicadores que surgem a propósito de outros temas, como é o caso da participação nas redes sociais através da internet. É interessante reter também estas formas fluidas e menos visíveis de mobilização, mas que têm vindo a ganhar protagonismo um pouco por toda a parte, na medida em que alargam o âmbito da participação, não a circunscrevendo ao universo das organizações.

Importa, no entanto, chamar a atenção para o facto de a participação organizada, nas suas diversas manifestações – associações, partidos, grupos, clubes... –, ser claramente privilegiada. Esta primazia que lhe é concedida faz com que o inquérito não considere os indicadores de ação direta não organizada que são habituais nos inquéritos sobre a participação, como o voto, o abaixo-assinado, as reuniões ou outras ações coletivas. E, evidentemente, não se deveria restringir a intervenção informal ao domínio político, pois esta emerge também nos demais domínios da vida coletiva. Porém, a primazia da participação organizada resulta em larga medida da crença de que esta exerce uma função imprescindível de socialização cívica, política e cultural, contribuindo de forma inestimável para o aprofundamento da vida democrática (Robteutscher 2000; Ferreira 2008). Por essa razão, as organizações através das quais os cidadãos expressam o sentido da participação são consideradas, na esteira de Tocqueville, escolas de democracia.

Segundo esta perspetiva, ao longo de um processo cumulativo, a ação associativa inculcaria nos indivíduos um conjunto de virtudes (valores) cívicas consistentes com os princípios democráticos, como o respeito pelo bem coletivo ou os hábitos de cooperação e de respeito pelos outros, além de lhes reforçar a capacidade para participar na vida pública, graças à aquisição de competências sociais, como falar em público ou dirigir reuniões (Fung 2003). Não cabe aqui discutir a pertinência destes argumentos nem indagar a premissa segundo a qual o facto de as pessoas se juntarem desenvolve a boa cidadania, embora as teorias do capital social tendam a considerar a intensidade dos contactos sociais uma prática salutar para o desabrochar da confiança. Ainda mais quando essa prática ocorre em contextos organizacionais plurais onde pessoas com diferentes *backgrounds* sociais e culturais se misturam e interagem. O facto é que a participação

A participação social e política

é vista positivamente, mesmo como uma condição necessária, para a reprodução e estabilidade do sistema democrático. Neste sentido, a não participação na vida pública, seja pelo alheamento em relação às suas manifestações organizadas, seja ainda pela indiferença em relação às ações pontuais, como o exercício do direito de voto ou de outros direitos de expressão política, é normalmente considerada um problema, ou pelo menos um sinal de mal-estar, de insatisfação e mesmo de alguma anomia não só em relação ao sistema político, mas também em relação à sociedade. Um problema motivado não tanto pelo receio da exclusão social como pelo individualismo anômico que uma competição excessivamente agressiva poderia estar a gerar, minando ou pelo menos abalando as bases coletivas da confiança e da segurança da cidadania. É por isso que as causas do não envolvimento coletivo nas suas diversas manifestações são privilegiadas enquanto objeto a dissecar, fazendo sobressair a natureza normativa, ou pelo menos desejada, da participação juvenil, sobretudo a organizada. Também aqui o *1.º Inquérito às Juventudes Ibero-Americanas* subscreve esta visão da participação juvenil ao indagar as razões da não participação, dispensando-se de inquirir também as que levam os jovens a envolver-se com a sociedade.

Deste modo, a participação juvenil no inquérito é analisada através de três perguntas: a primeira indaga se o inquirido está envolvido numa organização social; a segunda, no caso de resposta afirmativa à pergunta anterior, o tipo de organização em que participa, admitindo-se que possa haver pertença múltipla; por último, aos que não têm pertença organizativa, as razões dessa não participação. Apesar de não estar integrado no módulo das questões relativas à participação, decidimos incluir na análise uma questão sobre o uso da internet, que se debruça sobre as redes sociais. Com efeito, estas últimas são, por definição, uma manifestação da própria participação, embora num terreno mais informal, porventura também mais fluido. Reconhece-se que dificilmente os benefícios imputados à participação organizada, sobretudo no que respeita à socialização política, possam ser genericamente atribuídos ao conjunto das redes sociais existentes na internet. No entanto, tem-se assistido a mobilizações coletivas e discussões públicas protagonizadas pelas redes sociais, que as elegem como meios eficazes de socialização política, ainda que sejam informais e ao arpejo das organizações tradicionais. Os jovens têm sido sensíveis ao poder de mobilização das redes sociais, razão pela qual as devemos reter na análise dos processos de participação juvenil. Além disso, o facto de o inquérito, por razões de economia do próprio questionário, ser bastante parco relativamente às questões da participação aconselha a que se recuperem questões que possam contribuir para a análise da participação juvenil, sobretudo quando se trate de um indicador que permita alargá-la ao domínio informal, ainda que de modo muito limitado. Assim sendo, propomos analisar a partir do inquérito os referidos quatro indi-

Os Jovens Portugueses no Contexto da Ibero-América

cadores de participação e compará-los entre as diferentes geografias e países que aquele cobre.

Como o próprio nome indica, o *1.º Inquérito às Juventudes Ibero-Americanas* abarca todos os países do mundo ibero-americano: desde a América do Sul até à América Central, passando ainda pela Península Ibérica. Apesar de estes países partilharem um mesmo fundo cultural, a diversidade é imensa, atendendo à dimensão populacional, geográfica e histórica em causa. No que respeita à participação juvenil, a análise tem por objetivo identificar as convergências e as divergências que emergem no enorme espaço ibero-americano. O que aproxima ou afasta as sociedades entre si e as razões que conduzem a isso são naturalmente as questões às quais procuraremos dar resposta.

No entanto, convergências e divergências não são lados opostos do mesmo movimento. As divergências são pensadas enquanto consequências de configurações distintas, neste caso os países nas suas diferenças estruturais, geográficas e culturais, enquanto as convergências são vistas como resultados que se produzem a partir de dinâmicas sociais similares. Deste ponto de vista, espera-se que a participação juvenil seja impulsionada pelo mesmo tipo de variáveis identificadas pela literatura sobre a participação e a cultura cívica desde os estudos iniciais de Almond e Verba (1963) até à concetualização mais recente em torno do capital social. Variáveis relacionadas com este último, como o desenvolvimento socioeconómico ou a escolaridade, têm, quer em termos individuais, quer em termos agregados, impacto na participação social. Por exemplo, as sociedades mais escolarizadas teriam maior propensão para a participação do que as menos escolarizadas. O mesmo se passando com os indivíduos. As dinâmicas sociais que conduzem a uma maior ou menor participação seriam estruturalmente as mesmas, excluindo-se, obviamente, os momentos de ruturas que têm um enorme impacto na aceleração da mudança social, como aqueles que foram observados aquando da transição para a democracia de muitos dos países ibero-americanos. Fora de circunstâncias deste tipo, que parecem não afetar atualmente nenhum desses países, a premissa segundo a qual a participação decorre de fatores estruturais – como o das desigualdades sociais – levaria a esperar números inferiores aos que se encontram noutras geografias, nomeadamente no espaço europeu, para o qual existem dados abundantes desde há bastante tempo sobre esta temática. Não se trata, evidentemente, de convocar comparações ainda mais alargadas do que aquelas com que nos confrontamos no espaço ibero-americano, mas apenas de sublinhar algumas ilações que decorrem das dinâmicas sociais presentes nas sociedades.

As divergências que esperamos evidenciar são pensadas, como referimos, pela configuração específica que qualquer sociedade assume. Estamos neste aspeto interessados em indagar em que medida os padrões de desigualdade podem in-

A participação social e política

terferir no nível ou na qualidade da participação. Desigualdades de género, de acesso a oportunidades ou de mobilidade social são exemplos de dimensões que se devem escrutinar. As sociedades divergem entre si nestas dimensões, pelo que é expectável que se reflitam também em termos da participação juvenil. Por exemplo, esperar-se-iam diferenças assinaláveis de género entre os jovens, embora não seja fácil antever em que sociedades sejam mais acentuadas. Ainda que não seja dissociável do desenvolvimento social no sentido mais amplo, a desigualdade de género constitui uma dinâmica que marcha em direção contrária aos fatores que tendem a impulsionar a participação na sociedade. Neste sentido, sociedades menos igualitárias tenderiam a ter níveis de participação pouco elevados, como as teorias do capital social advogam, não obstante o facto de muitas vezes a desigualdade se correlacionar com o atraso económico.

Tendo alinhada a direção analítica que será seguida, resta acrescentar que, em termos operacionais, as quatro questões sobre a participação são analisadas por países e, sempre que a expressão numérica o permita, em função das variáveis que consubstanciam os efeitos das desigualdades sociais, a saber, o género, a idade, a escolaridade e a ocupação. Quanto aos países, optou-se pela agregação usada no relatório preliminar aos dados do inquérito, constituída em torno de três grupos (Américas do Sul e Central e Península Ibérica) e isolando dois países pelas suas dimensões (Brasil e México), com a diferença de se separarem os dois países ibéricos, na medida em que se trata de destacar a juventude portuguesa no contexto ibero-americano.

A participação organizada

A primeira questão do inquérito que nos propomos analisar é a da participação, cuja formulação no questionário é a seguinte: «Atualmente participas em alguma organização social?» A pergunta é bastante genérica, permitindo re-censar qualquer organização, independentemente do vínculo que se tenha, pois o termo «participação» é suscetível de interpretações variadas (v. quadro 4.1). Apesar da vasta amplitude interpretativa concedida, obteve-se apenas um número relativamente modesto de respostas afirmativas (15,1%). O número parece pouco elevado à luz de outros inquéritos e de estudos por nós desenvolvidos há uma década que apontavam para valores de participação da ordem de um quarto para os jovens europeus (Ferreira 2005). Os contextos comparativos não são os mesmos, pois trata-se agora de fazer comparações entre países ibero-americanos, mas, em relação ao caso português, que partilha as duas geografias, os números agora obtidos estão abaixo dos que foram então observados, sugerindo algum declínio da participação juvenil desde essa altura. Mesmo assim, os números do presente inquérito colocam Portugal no lugar cimeiro da

Os Jovens Portugueses no Contexto da Ibero-América

participação (19,4%), a alguma distância em relação à Espanha, o que constitui um resultado algo inesperado. Seja como for, a Espanha aparece acima da média do conjunto dos países, mas atrás do Brasil, que ocupa a segunda posição, e da América do Sul. O México representa o resultado mais surpreendente não só por ocupar a última posição, mas também por apresentar um valor numérico bastante baixo (7,9%), mesmo em comparação com a América Central, cujo valor se encontra igualmente abaixo da média. Deste modo, tendo em conta as contingências interpretativas decorrentes da pergunta feita, os dados apontam para o facto de a América Central, incluindo o México, apresentar valores mais baixos de participação juvenil, não sugerindo haver uma descontinuidade significativa entre os países ibéricos e os sul-americanos.

Conhecida a paisagem da participação segundo os países, interessa agora saber quem participa e se esta predisposição muda conforme o país ou, pelo contrário, se mantém constante, não obstante as diferenças existentes entre eles. Em causa estão quatro variáveis: sexo, idade, escolaridade e ocupação. Referindo a primeira variável, verifica-se uma ligeira ascensão masculina em relação à feminina, com uma única exceção: a América Central. Em todos os outros casos, os rapazes apresentam uma taxa de participação um pouco superior, mas não suficientemente acentuada para se poder falar de um *gender gap* (para o conjunto dos países, a diferença é de 1%).

Em contraposição ao género, as variáveis «escolaridade» e «ocupação» parecem ser mais discriminantes, sobretudo a primeira. De facto, a amplitude numérica entre os níveis de instrução mais baixos e os mais elevados é a mais acentuada no conjunto das variáveis em análise, confirmando um dos resultados expetáveis relativos às causas da participação. Deste modo, os jovens com baixa escolaridade e mesmo os que possuem o secundário participam muito menos do que os jovens que frequentaram ou frequentam a universidade, sendo o México a exceção, com um padrão menos diferenciado entre os níveis de escolaridade.

O forte impacto da instrução universitária aponta para que a condição estudiantil apresente uma predisposição mais acentuada para a participação. E assim é na maioria dos casos. O Brasil é a única exceção, apresentando um perfil que coloca os trabalhadores à frente dos estudantes. Porém, num ponto todos os países convergem: a terceira ocupação, designada por outra, que reúne os jovens desempregados ou os que realizam trabalho doméstico, é muito menos participativa do que as outras duas. Se ignorarmos o pequeno desvio apresentado pelo México, pode dizer-se que a exclusão do trabalho e da escola reduz consideravelmente a participação, embora não a iniba.

A forte influência da educação universitária poderia também sugerir que os mais novos não são os que mais participam, na medida em que a idade não

Quadro 4.1 – Participação organizada por sexo, escolaridade e situação perante o emprego (%)

	Portugal	Espanha	Brasil	México	América Central	América do Sul	Total
Total da amostra	19,4	16,1	17,8	8,3	13,7	16,3	15,1
Rapazes	19,8	17,2	18,5	9,1	13,2	17,8	15,8
Raparigas	19,0	15,1	17,2	7,5	14,3	14,9	14,5
15-19	18,0	15,9	14,9	10,2	13,4	18,3	15,8
20-24	20,2	20,1	22,7	9,2	13,6	14,5	14,8
25-29	20,1	12,9	15,4	5,2	14,2	16,1	14,8
Básico	7,1	6,2	6,0	9,1	9,5	15,2	11,8
Secundário	20,2	11,0	18,6	7,7	11,9	13,0	12,7
Universitário	22,4	21,3	23,5	8,3	17,0	19,4	18,5
Estudante	20,7	17,4	15,5	11,6	15,4	18,5	17,0
Trabalhador	19,9	17,6	21,6	6,2	13,1	14,8	14,4
Outro	14,1	8,1	14,9	6,4	9,4	11,8	10,6

Ihes permite ainda o acesso à universidade. Os números são, no entanto, algo contraditórios. A leitura da coluna do total indica exatamente o contrário: os mais novos apresentam valores de participação mais elevados. Comparando os países entre si, chega-se a outro resultado. Portugal, a Espanha e o Brasil apresentam os valores mais altos no grupo etário entre 20 e 24 anos, precisamente a idade de frequência universitária, enquanto nos restantes países esses valores são observados no grupo mais novo (México, América do Sul) e no grupo mais velho (América Central). O facto de o resultado da amostra apontar para uma certa juvenilização da participação decorre em grande medida de as amostras não estarem ponderadas pela população de cada país, pelo que as percentagens relativas ao total são muito influenciadas pelo peso numérico que as duas agregações de países (Américas do Sul e Central) têm na amostra. Porém, as comparações entre os países (ou grupos de países) revelam que a juvenilização apenas é própria de alguns deles, estando a idade modal de participação nos outros países mais alinhada com a idade de frequência universitária.

De um outro ponto de vista, a distribuição das percentagens é muito errática para que se possa identificar um padrão de participação segundo a idade. Nos casos da Espanha e do Brasil poder-se-ia falar de um declínio após a idade de frequência universitária, no do México de uma diminuição linear, mas nos restantes casos as diferenças numéricas não sugerem tendências definidas. Deste modo, não é possível subscrever a ideia segundo a qual a idade e as transições que ocorrem ao longo dela se refletiriam na predisposição para participar dos jovens, pelo menos segundo um padrão mais ou menos comum a todos.

Os Jovens Portugueses no Contexto da Ibero-América

A idade de participação entendida como a classe modal não surge tanto condicionada pelo curso de vida como pelos contextos nacionais e regionais, embora não caiba nos nossos objetivos nem no âmbito dos dados proporcionados pelo inquérito explorar estas especificidades.

Os domínios da participação organizada

A segunda pergunta do módulo de participação indagava os jovens sobre o tipo de organização na qual participavam. Não é suficiente participar numa qualquer associação e de qualquer forma para se depreender a existência de efeitos benéficos para a vida democrática. No fundo, trata-se de saber se toda a participação é igual (Stolle e Rochon 1998). Com efeito, as associações podem desenvolver tipos distintos de relações com os seus associados ou solicitar-lhes envolvimento diferenciados ou ainda promover atividades e valores muito diferentes. Por exemplo, uma diferença fulcral entre as associações radica no envolvimento ativo ou passivo dos seus membros. Um associativismo passivo terá certamente menos oportunidades para promover a socialização cívica, política e cultural do que um associativismo ativo que envolva de forma plena todos os membros na vida da associação. Neste sentido, as associações desportivas podem divergir mais das associações culturais ou políticas do que estas últimas entre si, na medida em que a pertença a uma associação desportiva significa, na maior parte das vezes, uma prática de desporto sem uma relação efetiva com a organização e a vida associativas. O membro da associação desportiva revê-se mais na posição de «cliente» ou de «utente» do que na de associado «ativo» responsável pelo próprio funcionamento da mesma. É evidente que isto pode também acontecer noutras associações, mas é menos provável. O facto que, no entanto, interessa realçar é a necessidade de qualificar a participação, pelo que é importante conhecer o tipo de associação ou de organização à qual se pertence.

O inquérito selecionou os mesmos domínios de atividade que aparecem em quase todos os inquéritos sobre a participação juvenil e que cobrem a maior parte da vida associativa dos jovens: associações ou clubes desportivos; grupos ou partidos políticos; clubes ou associações culturais; grupos religiosos; associações de bairro; sindicatos; associações ou grupos de solidariedade social; grupos ecológicos. E ainda uma pergunta aberta para outras associações não contempladas nas opções de resposta. Escusado será dizer que o universo de jovens ao qual a pergunta foi feita é bastante mais restrito, na medida em que abrange apenas aqueles que afirmaram ter participação organizada (no total, 1387 jovens).

Os resultados relativos à coluna do total (quadro 4.2) colocam as associações desportivas na primeira posição, corroborando os dados colhidos noutras geografias (Ferreira *et al.* 2005). A prática de desporto é a razão que as destaca do

A participação social e política

restante associativismo juvenil. Resultado menos esperado é o segundo lugar ocupado pelas associações religiosas, à frente das associações culturais, que surgem normalmente nessa posição. Como veremos, isto tem a ver com a importância do fator religioso em alguns dos países ibero-americanos. Nas posições mais abaixo, mas suscitando uma mobilização ainda expressiva, encontram-se as associações de natureza política, de solidariedade e de bairro, as quais são seguidas pelos grupos ecológicos, sindicatos e outros grupos não especificados, todos eles reunindo valores baixos. Apesar das diferenças percentuais observadas ao longo da hierarquia das associações, as pertenças associativas, mesmo no caso das desportivas, que são as mais mobilizadoras, não revelam níveis de adesão elevados no conjunto da população, atendendo ao facto de a participação organizada não ir, como referimos, além de 15%, o que faz com que a prática organizada de desporto se situe abaixo de um terço deste valor.

Há, no entanto, variações importantes no perfil associativo entre os países. As associações desportivas destacam-se em Espanha e no Brasil, as religiosas em toda a América Latina, embora menos no Brasil, sugerindo que este país partilha uma influência laica que o aproxima dos dois países ibéricos, e as culturais têm uma presença idêntica em todos os países, menos no Brasil, que compensa a aparente debilidade do associativismo cultural com a pujança da participação política. O contraste dos números entre o Brasil e os restantes países relativamente a estas duas pertenças associativas leva a colocar a hipótese de a fronteira entre o cultural e o político neste país poder ser menos fixa do que nos restantes, levando a que se classifiquem como políticas associações que noutros lugares seriam consideradas culturais. Além do caso atípico brasileiro, o associativismo político recolhe mais apoio nos países ibéricos do que nos outros países latino-americanos. Por fim, observa-se que Portugal suscita uma mobilização particular no associativismo de solidariedade e em grupos diversos não especificados, que é apenas acompanhada, mesmo assim a grande distância, pelo Brasil, em ambos os casos, e pela América Central, apenas no que se refere ao segundo.

Do mesmo modo que se observam especificidades segundo os países, pode indagar-se se o perfil da filiação associativa segue um padrão mais ou menos consensual, sugerindo neste caso que as forças impulsionadoras do associativismo seriam as mesmas, ou se, pelo contrário, revela dissensões que apontariam para a existência de dinâmicas endógenas a impactar no associativismo juvenil, ou pelo menos em alguns tipos de associações. É, portanto, necessário percorrer o perfil associativo com base nas variáveis que temos vindo a considerar no âmbito desta análise, embora do lado das associações apenas se considerem as três associações mais participadas para evitar interpretações sustentadas em distribuições percentuais com valores muito baixos, como seria o caso se todas elas fossem consideradas.

*Os Jovens Portugueses no Contexto da Ibero-América***Quadro 4.2 – Associativismo dos jovens segundo os países (%)**

	Portugal	Espanha	Brasil	México	América Central	América do Sul	Total
Clubes/associações desportivas	32,9	47,2	46,2	37,8	25,6	39,7	35,6 (494)
Associações políticas	11,8	12,5	23,1	8,9	6,2	8,5	9,0 (125)
Clubes/associações culturais	15,8	18,1	3,8	15,6	12,4	16,6	14,6 (202)
Grupos religiosos	11,8	9,7	20,5	35,6	37,3	29,9	29,8 (414)
Associações de bairro	7,9	5,6	7,7	13,3	5,1	5,6	5,9 (82)
Sindicatos	5,3	5,6	0,0	0,0	3,0	1,6	2,3 (32)
Associações de solidariedade	30,3	1,4	7,7	0,0	9,2	3,5	6,8 (94)
Grupos ecológicos	10,5	0,0	1,3	0,0	2,5	1,0	1,9 (27)
Outros grupos	21,1	1,4	0,0	0,0	6,5	2,1	4,3 (59)

Do ponto de vista do género (quadro 4.3), o impacto é significativo: enquanto as associações desportivas revelam um perfil masculino, as outras duas, ou seja, as associações culturais e religiosas, têm um perfil essencialmente feminino. A única exceção é a Espanha, que exhibe um padrão mais igualitário no que respeita ao desporto e à cultura, pois, no que se refere à religião, o alinhamento é bastante mais feminino, coincidindo com o dos restantes países. Também no que respeita à idade, o padrão emergente é uníssono, pelo menos em relação aos dois primeiros domínios associativos, não se identificando qualquer associação à religião. Os mais novos tendem a participar mais, sobretudo no que respeita à prática desportiva, declinando a participação nas idades mais avançadas, excetuando, evidentemente, a religiosa, que tende a estabilizar com a idade ou a recrudescer um pouco num ou noutro país, sem que isso evidencie alguma tendência consistente. Menos evidente é a relação entre a instrução e a pertença associativa, excluindo a desportiva, na medida em que esta revela um predomínio do grupo menos escolarizado, ainda que não observável em todos os países. Porém, nos outros dois tipos de associações, esse predomínio não se observa em nenhum grupo etário ou então segue um padrão demasiado errático que impede descortinar um efeito consistente da instrução na participação juvenil. Em contrapartida, o efeito da ocupação é bastante visível e variável consoante o associativismo em causa. Em termos gerais, os estudantes propendem mais para as práticas desportivas e culturais, enquanto os trabalhadores se encontram mais representados no âmbito religioso, embora com alguns países a

Quadro 4.3 – Pertença associativa dos jovens por sexo, idade, escolaridade e ocupação (%)

	Desportivas						Culturais						Religiosas								
	Port.	Esp.	Bra.	Méx.	Am. C. Am. Sul	Port.	Esp.	Bra.	Méx.	Am. C. Am. Sul	Port.	Esp.	Bra.	Méx.	Am. C. Am. Sul	Port.	Esp.	Bra.	Méx.	Am. C. Am. Sul	
Rapazes	47,5	48,6	57,9	58,3	39,7	53,6	10,0	18,9	5,3	12,5	10,0	13,5	7,5	5,4	18,4	29,2	26,3	21,3			
Rapangas	16,7	45,7	35,0	14,3	12,4	23,2	22,2	17,1	2,5	19,0	14,7	20,3	16,7	14,3	22,5	42,9	47,6	40,2			
15-19	43,5	61,9	52,2	57,9	31,8	44,0	21,7	14,3	0,0	10,5	16,2	20,6	13,0	14,3	17,4	42,1	36,5	31,1			
20-24	38,5	48,3	45,7	29,4	26,4	40,7	19,2	24,1	5,7	23,5	11,8	17,2	15,4	3,4	22,9	23,5	36,8	26,3			
25-29	18,5	31,8	40,0	11,1	18,3	33,8	7,4	13,6	5,0	11,1	9,2	11,1	7,4	13,6	20,0	44,4	38,7	31,9			
Básico	50,0	75,0	66,7	45,5	28,2	40,6	0,0	50,0	0,0	18,2	9,0	23,9	0,0	0,0	0,0	18,2	35,9	31,2			
Secundário	50,0	29,4	40,6	16,7	31,1	40,7	9,1	11,8	3,1	11,1	12,3	14,5	4,5	17,6	18,8	55,6	36,8	26,2			
Universitário	26,1	54,5	45,8	63,6	22,1	37,3	19,6	21,2	4,2	18,2	13,0	14,6	15,2	0,0	25,0	18,2	37,0	31,0			
Estudante	41,4	64,7	57,7	60,0	31,9	39,7	17,2	23,5	7,7	12,0	15,1	20,9	13,8	5,9	23,1	32,0	35,9	30,5			
Trabalhador	33,3	33,3	40,0	7,1	20,0	39,4	15,2	15,2	2,9	28,6	8,5	12,7	9,1	9,1	20,0	50,0	51,1	66,2			
Outro	11,1	20,0	20,0	16,7	10,6	40,0	22,0	0,0	0,0	0,0	10,6	6,2	11,3	9,7	21,1	35,6	36,7	30,1			

Os Jovens Portugueses no Contexto da Ibero-América

escaparem à regra geral, como Portugal e o México no domínio cultural, ou a acentuarem um padrão mais regional, como a forte representação dos países hispânico-americanos no associativismo de cariz religioso.

O perfil associativo surge assim mais associado a dinâmicas gerais do que a condicionalismos locais, ainda que estes últimos não deixem de se manifestar, embora com pouca intensidade e reproduzindo os resultados mais gerais dos diferentes tipos de associativismo. Apesar de as forças impulsionadoras não serem necessariamente as mesmas para os diferentes tipos de associativismo, são largamente transversais aos países, talvez com a exceção da religião, em que se denota uma influência regional importante. Género, idade, ocupação e, com menos evidência, a instrução articulam-se entre si, permitindo identificar algumas componentes impulsionadoras da participação juvenil, sem que isso possa explicar, por si só, o nível modesto de mobilização que essa mesma participação atinge.

Razões para não participar

A participação dos jovens em organizações, como associações, clubes ou grupos de cariz variado, não é, como assinalámos atrás, elevada: menos de dois em cada dez jovens declaram ter pertença associativa. A grande maioria fica de fora da participação organizada. Que razões poderão estar por detrás deste comportamento? O inquérito não as deixou de lado, como fez em relação aos motivos que levam os jovens a aderir a organizações, assumindo implicitamente que elas eram evidentes por si mesmas ou que, por irem ao encontro das expectativas sociais, dispensavam a necessidade de as inquirir. Conhecer as razões para a não participação é mais prioritário do que conhecer os motivos da participação. Deste modo, o inquérito elenca cinco razões: não ter tempo; não ter informação/não saber onde ir; não se interessar; desconfiar das organizações em que as pessoas participam; participar não serve de nada. Destas cinco, apenas as três primeiras são significativas, pois são referidas pelo menos por um em cada quatro jovens, ao passo que as restantes razões ficam muito abaixo destes números (quadro 4.4).

A primeira razão que os jovens apontam para não participar é não ter tempo, a segunda o desinteresse e a terceira não ter informação ou desconhecer a oferta disponível. Há uma diferença essencial entre a segunda razão e as outras duas. Não ter interesse é uma questão de natureza motivacional, enquanto as outras duas não negam um potencial interesse, apenas alegam a impossibilidade de o concretizar, seja por falta de tempo ou de informação. Por conseguinte, se há jovens que não participam porque simplesmente não estão interessados em fazê-lo, outros nem chegam a colocar a questão motivacional, porque não po-

Quadro 4.4 – Razões da não participação (%)

	Portugal	Espanha	Brasil	México	América Central	América do Sul	Total
Não ter tempo	37,1	22,7	38,9	21,9	37,6	33,9	34,3 (2605)
Não ter informação/ não saber onde ir	25,8	31,3	20,3	33,0	29,6	26,4	27,8 (2115)
Não se interessar	20,7	37,8	27,5	31,7	24,4	31,7	28,8 (2187)
Desconfiar das organizações em que as pessoas participam	7,7	6,3	3,6	7,7	5,5	4,8	5,4 (407)
Participar não serve para nada	1,0	2,0	3,3	5,6	2,3	2,6	2,6 (199)
Outra	7,7	0,0	6,4	0,0	0,6	0,7	1,1 (86)

deriam participar, mesmo que o quisessem. A disponibilização de informação e a divulgação alargada das atividades promovidas pelas organizações poderiam ajudar a ampliar o âmbito da participação, mas esta estaria sempre dependente da oferta disponível. Uma oferta escassa ou inexistente é sempre um obstáculo à mobilização dos jovens. Deste modo, mais do que uma descrença nas virtudes da participação, apesar de tudo disseminada em cerca de um em cada quatro jovens, o que estaria em causa seriam as condições materiais que a tornam possível. Aparentemente, estas últimas sobrepor-se-iam às questões motivacionais. Veja-se como os motivos mais cétricos e contrários à participação, como a desconfiança em relação às organizações ou a inutilidade da mesma, suscitam tão pouco apoio. Torna-se assim claro que o escrutínio das razões da não participação faz emergir uma realidade dual que impede de as restringir ao desinteresse ou à indiferença. Para uma boa parte dos jovens são as condições de vida que os afastam dela.

Não se pode, no entanto, absolutizar este impacto. As diferenças entre os países não são de facto muito acentuadas. Na maior parte deles encontramos a falta de tempo como principal razão da não participação. A Espanha e o México são as duas exceções. No primeiro caso é a falta de interesse que surge à frente e no segundo a falta de informação. Estas duas razões trocam por vezes de posição nos restantes países. A ordenação das razões é um pouco errática, não permitindo descortinar uma interpretação coerente, até porque em todos os países são significativamente assinaladas. Mais do que as diferenças entre os países, são as razões da não participação que devem ser valorizadas.

Os Jovens Portugueses no Contexto da Ibero-América

Participação em redes sociais

Perante os resultados da participação organizada, parece ainda mais justificada a opção de escrutinar a participação informal, embora a pergunta em causa, como referimos logo no início deste capítulo, não fizesse parte do mesmo módulo das outras questões analisadas, mas sim do da utilização da internet. Não se ignora certamente que as redes sociais consubstanciam realidades muito distintas e que os motivos para interagir com os outros através delas podem divergir bastante dos motivos que levam um jovem a aderir a uma organização. Também parece evidente que as «virtudes» que resultam da participação organizada, designadamente em termos de socialização cívica e política, dificilmente podem ser alcançadas através das redes sociais, atendendo à sua natureza inorgânica. Em contrapartida, proporcionam outras vantagens, à frente das quais se encontra a ampla comunicação que estimula e a ligação aos outros, conhecidos e estranhos, constituindo assim uma base para o desenvolvimento da confiança, na qual assenta o capital social. É principalmente esta capacidade de reunir capital social que permite às redes sociais afirmarem-se como um dos mais importantes instrumentos de mobilização do mundo de hoje e, por isso mesmo, representando um modo de participação distinto das formas mais «clássicas». A incursão pelas redes sociais é também uma chamada de atenção para o facto de a participação dos jovens não se esgotar na intervenção organizada, havendo outras fontes de mobilização.

Aceitando o princípio de que as redes sociais constituem uma forma de participação informal, a adesão dos jovens é claramente superior à das associações, clubes e afins. Mais de metade dos jovens em todos os países, à exceção da Espanha, que, mesmo assim, revela uma percentagem elevada, assinala presença nas redes sociais. É, por conseguinte, uma atividade bastante generalizada, que se fica a dever a várias razões, entre as quais a comodidade de acesso, a facilidade em interagir e, sem dúvida, a utilidade ou a gratificação que proporciona.

Do mesmo modo que não se observam descontinuidades importantes entre os países no nível de adesão às redes sociais, também não se registam grandes diferenças no que se refere ao perfil dos utilizadores, embora se possa assinalar num ou noutro caso uma diferença um pouco mais acentuada (quadro 4.5). Do ponto de vista do género, a adesão às redes é também bastante igualitária, ainda que a adesão feminina registe uma propensão um pouco superior à masculina. Também os mais novos parecem marcar uma presença mais forte em todos os países, à exceção da Espanha. Em termos de escolaridade, a instrução secundária é a que se apresenta na maior parte dos casos mais associada ao uso das redes sociais. E, por último, é na ocupação que se observam tendências mais díspares. Num grupo de países nos quais se incluem Portugal, a América

Quadro 4.5 – Jovens que indicaram participação em redes sociais (%)

	Portugal	Espanha	Brasil	México	América Central	América do Sul	Total
Total da amostra	54,4	42,2	55,5	51,8	56,8	57,2	55,7
Rapazes	50,6	39,1	55,3	50,9	54,7	55,9	54,1
Raparigas	58,2	44,9	55,7	52,7	59,1	58,4	57,4
15-19	66,4	29,1	57,0	53,4	62,2	60,5	59,3
20-24	49,3	55,7	57,1	49,3	56,3	58,0	56,4
25-29	47,8	41,2	52,1	52,9	50,8	52,5	51,0
Básico	48,3	26,0	60,4	40,8	54,6	58,2	54,2
Secundário	64,1	46,0	60,8	55,9	60,2	54,5	56,9
Universitário	48,9	45,2	47,1	55,3	55,8	58,3	55,9
Estudante	65,7	41,7	57,7	52,0	60,9	61,5	60,0
Trabalhador	46,6	40,7	49,0	51,4	49,8	52,1	50,1
Outro	50,8	48,8	64,5	55,3	57,2	52,5	54,9

do Sul e a Central, os estudantes predominam como os utilizadores mais recorrentes das redes sociais, enquanto a Espanha, o Brasil e o México elegem a categoria «outro», constituída essencialmente por desempregados e domésticas. O único dado comum indica que os trabalhadores são os utilizadores menos assíduos.

A comparação entre a participação organizada e através das redes sociais revela que os perfis de ambas não se sobrepõem na íntegra. A primeira é tendencialmente mais masculina, estudantil e universitária, enquanto a segunda assume um contorno mais feminino, mais juvenil e de instrução secundária. Estas diferenças sugerem a existência de públicos distintos em função do tipo de participação, pelo que as motivações e os objetivos da participação não serão os mesmos. E, não sendo iguais, os efeitos também não, embora estes não possam ser avaliados a partir dos dados disponibilizados.

Conclusões

O quadro que resulta dos dados analisados em relação à participação nos países ibero-americanos revela valores não muito elevados e mesmo modestos se confrontados com outras geografias. Menos de dois em cada dez jovens afirmam pertencer a uma organização. Neste contexto, os jovens portugueses surgem como os mais participativos, embora a diferença para os outros jovens seja pequena. Excetuando um país (México), a participação organizada é bastante uniforme. Aliás, as diferenças entre países não se revelaram críticas na maior parte dos casos. A principal exceção refere-se ao tipo de associativismo a que

Os Jovens Portugueses no Contexto da Ibero-América

os jovens aderem. Como se pôde observar, o associativismo religioso está mais presente nos países hispânico-americanos, porventura por constituírem sociedades menos laicas. Mas, no que respeita ao nível de participação, das razões da não participação ou do uso das redes sociais, não é possível descortinar diferenças consistentes entre os países. Deste modo, ao contrário do que sugerimos no início do capítulo, as configurações nacionais ou regionais têm uma influência limitada, pelo que as dinâmicas de participação se tornam mais dependentes dos determinantes sociais clássicos, consubstanciadas nas variáveis analisadas. Género, idade, instrução e ocupação contribuem para configurar o perfil sociográfico da participação, embora a combinação entre estes atributos não seja necessariamente idêntica nos países analisados.

Ainda que o número de não participantes seja elevado, os dados mostram que as razões que os jovens alegam para não participar radicam não só em questões motivacionais, mas também em impedimentos que resultam do quadro de vida. Se uma parte desses jovens assinala quase sempre o desinteresse, outros apontam a indisponibilidade ou a falta de informação. É possível ver nestes últimos um potencial de participação a explorar. A mesma ideia emerge também quando se analisa a participação em redes sociais. Esta abrange um público mais vasto e com um perfil distinto do da pertença associativa. Embora seja verdade que as redes sociais preenchem várias finalidades, encerram em si mesmas um potencial de comunicação e de mobilização que só pode alargar o campo da participação dos jovens na sociedade.